

**MARÇAL GUARANI**

**A voz que não pode ser esquecida**

**BENEDITO PREZIA**

2ª Edição

EDITORA  
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2011

Copyright © 2006, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho, Lais Oreb e Maria Elaine Andreoti*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *ZAP Design*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P944m	Prezia, Benedito Marçal Guarani : a voz que não pode ser esquecida / Benedito Prezida --2.ed.--São Paulo : Expressão Popular, 2011. 96 p. : il. --(Viva o povo brasileiro)  Indexado em GeoDados - <a href="http://www.geodados.uem.br">http://www.geodados.uem.br</a> ISBN 85-7743-005-7  1. Souza, Marçal de, 1920-1983 - Biografia. 2. Militante - Biografia. 3. Indigenista - Biografia. I. Título. II. Série
	CDD 21.ed. 320.92 320.532092

Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Edição revista e atualizada conforme a nova regra ortográfica

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada  
ou reproduzida sem a autorização da editora.

2ª edição: Novembro de 2011

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fones: (11) 3105-9500 / 3522-7516, Fax: (11) 3112-0941

[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)

[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

Eu sou uma pessoa marcada para morrer...  
... Mas levantarão outros que  
terão o mesmo idealismo  
e que continuarão o trabalho que hoje nós  
começamos.

A morte de mais um líder indígena de  
projeção nacional leva nós, índios, a refletir  
profundamente a nossa situação presente.  
É uma morte perigosa, a refletir e a analisar  
e a tirar conclusões muito preciosas sobre a  
luta do índio no Brasil, nos dias atuais.

Porque o índio, para muitos brasileiros,  
é objeto de chacota, de graça, de palhaçada.

Para outros, o índio é um beberão,  
preguiçoso, maltrapilho, vagabundo,  
um ladrão que não presta para nada.

Para outros, minha gente, para os que  
estão no poder, para a gente que tem  
interesse nas terras dos índios,  
para esses, o índio não é palhaço,  
não é peça de chacota.

Para esses, o índio é um empecilho  
para o avanço de sua ganância.

Esperamos contar com a colaboração do povo  
brasileiro, do povo brasileiro sofrido,  
como nós, indígenas,  
para mudar essa situação.

Daniel Cabixi

Líder pareci, no ato público de repúdio  
à morte de Marçal, em Dourados (MS), em 3  
de dezembro de 1983.



# Sumário

Introdução.....	7
A voz do trovão .....	9
Os primeiros anos .....	15
O pregador evangélico.....	21
O caminho da volta.....	27
Surge um novo líder .....	33
Em defesa de seus irmãos guaranis.....	45
Nasce a União das Nações Indígenas - UNI .....	51
O clamor dos indígenas chega ao papa .....	57
A UNI vai se afirmando.....	63
Uma missão dentro e fora das fronteiras .....	69
Marcado para morrer .....	77
A segunda morte.....	81
A luta continua! .....	89
Bibliografia.....	93
Sobre o autor.....	95



# Introdução

Como disse o filósofo Walter Benjamin, “a história é um profeta com o olhar voltado para trás. Pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será”.

Nessa perspectiva, mesmo com as limitações de tempo e de recursos, decidi escrever a biografia de Marçal Tupã’i, para que sua figura não ficasse esquecida.

Em 1983, ano de sua morte, estava recém-iniciando meu trabalho junto aos povos indígenas, no secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, em Brasília. Mesmo assim, percebi a importância desse líder e a repercussão de sua morte. No ano seguinte, acompanhei a edição do filme sobre Marçal, muitas vezes projetado para os mais diversos públicos, que, chocados, reviviam aquele assassinato.

Infelizmente, não me foi possível entrevistar familiares de Marçal, nem lideranças indígenas que o conheceram, mas encaminhamos o texto à sua filha Edna, que fez as devidas correções.

Quero deixar um agradecimento especial aos amigos do Cimi Nacional, pela atenção em ler os manuscritos, sobretudo o advogado Paulo Machado Guimarães, Leda

Bosi Magalhães, Aida Marise Cruz, Diego Pellizzari e Priscila Delgado de Carvalho, além da equipe do Cimi-Regional Mato Grosso do Sul. Este agradecimento é igualmente extensivo ao amigo Paulo Maldos e ao ex-presidente do Cimi, D. Erwin Klautler, pelo estímulo e pelo apoio para a publicação deste livro.



## A voz do trovão

Um grande silêncio tomou conta da multidão que se aglomerava em frente do palácio episcopal de Manaus – Amazonas, naquela noite de julho de 1980. Uma voz clara e firme fez-se ouvir:

Eu sou representante da grande tribo guarani, quando, nos primórdios, com o descobrimento desta pátria, nós éramos uma grande nação.

E hoje, como representante desta nação, que vive à margem da chamada “civilização”, Santo Padre, não poderíamos nos calar pela sua visita a este país. Como representante, porque não dizer, de todas as nações indígenas que habitam este país, que está ficando tão pequeno para nós e tão grande para aqueles que nos tomaram esta pátria.

Somos uma nação subjugada pelos potentes [poderosos], uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência.

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, [e] não temos mais condições de sobrevivência. Queremos dizer a Vossa Santidade a

nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência neste grande Brasil, chamado um país cristão. A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes deste grande país.

Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita ao nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz para outros territórios que não são nossos, mas que o povo [nos escute], uma população mais humana lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil.

Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto, não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas. Esta é a verdadeira história. Nunca foi contada essa verdadeira história do nosso povo.

Eu deixo aqui o meu apelo de 200 mil indígenas que habitam e lutam pela sua sobrevivência neste país tão grande e tão pequeno para nós...

Este não era um discurso de saudação ao papa João Paulo II, que pela primeira vez visitava o país, mas uma denúncia da situação em que viviam os povos indígenas naquela época. O Brasil estava sob a ditadura militar sustentada pelos fazendeiros e industriais, com ostensivo apoio do governo dos Estados Unidos.

Pouca gente imaginava que aquele franzino guarani, com um pouco mais de um metro e meio, banguela, pudesse, de improviso, sintetizar 500 anos de violência contra os povos indígenas.

Não sem razão, esse indígena chamava-se, na sua língua, Tupã'i, o pequeno Tupã, o pequeno deus do trovão.

O local desse importante discurso foi Manaus, no coração da Amazônia, escolhida simbolicamente pelo papa para o encontro com as lideranças indígenas.

Os povos indígenas viviam um momento importante, tentando organizar uma entidade de caráter nacional, a União das Nações Indígenas (UNI). Embora de começo tímido, essa organização assustava a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão oficial que responde pelas comunidades indígenas. Marçal era um dos idealizadores dessa articulação indígena.

Acabara de participar de uma assembleia, realizada em Brasília, onde os indígenas esperavam encontrar-se com o papa. Como o encontro fora transferido para Manaus, um grupo de lideranças indígenas partiu para a capital amazonense para unir-se a outros parentes da região Norte.

Havia muita expectativa nesse encontro, como relatou Marçal, na época, ao jornal indigenista *Porantim*: “Com a vinda do papa, talvez temos agora uma oportu-

tunidade única de expor o problema da nossa família indígena, da nossa gente. Ele é a voz da humanidade, voz mundial. Ele é ouvido e respeitado. Vamos englobar todos os nossos problemas num documento e falar. Alguém tem que falar isso ao papa.”

Meses antes, haviam sido assassinados Ângelo Xavier, do povo pancararé, da Bahia; Ângelo Kretã, do povo caingangue, do Paraná; dois indígenas guajajaras, no Maranhão; além de Simão Bororo e do padre Rodolfo, salesiano, na Missão de Meruri, no Mato Grosso.

Marçal preocupava-se igualmente com o futuro de seus parentes, como afirmara, dias antes, na Assembleia Indígena de Brasília:

Tenho muito amor ao que é nosso. Deixo um pedido: há pouco, ouvi um grupo de Roraima cantando na sua língua. Faça favor: não percam a língua, a tradição. Não troquem por língua estranha. Não troquem a nossa vida da aldeia pela vida da cidade. Hoje estamos no fim de nossa assembleia. O problema de um é de todos. Um dia faremos o ‘V’ da vitória para o governo, para a Funai! Seremos vitoriosos!

Por seus discursos vibrantes, Marçal foi escolhido para ser o porta-voz de todos os indígenas do Brasil, juntamente com Lino Cordeiro, do povo miranha, que leria uma carta escrita por 58 líderes indígenas, em Brasília.

Mais de 30 lideranças, representando vários povos do Brasil, estavam em Manaus.

Muitos temiam que o encontro com o papa se transformasse numa festa folclórica, com músicas e danças. A grande imprensa estaria lá, repercutindo para todo o Brasil essa situação.

Era um dia simbólico, pois em 10 de julho comemorava-se, no Estado do Amazonas, a libertação dos escravos.

Uma multidão se aglomerava em frente do palácio episcopal para ver e ouvir o papa. Já era noite.

Às 20 horas, o papa apareceu na sacada e, depois de calorosos aplausos, passou a ouvir o discurso daquele pequeno-grande homem com voz de trovão. Por várias vezes, seu discurso foi interrompido pelo público que gritava: “João, João, João, o índio é nosso irmão”.

Queremos dizer a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes, assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência neste grande Brasil, chamado um país cristão.

Mal sabia Marçal que, três anos depois, cairia também como esses líderes que mencionava... Outros indígenas tomaram a palavra, como Lino Cordeiro, do povo miranha, Terêncio da Silva, macuxi, e Mário Juruna, xavante.

Mas foram as palavras de Marçal que mais impressão causaram, ficando gravadas na memória de muitos participantes.

Quem era Marçal de Souza, ou Marçal Tupã'i?

Sua história começara precisamente há 60 anos, nos ervais do Mato Grosso do Sul.

## Os primeiros anos

Marçal, como as demais crianças guaranis de sua época, deve ter tido uma infância feliz, embora precária, pois sua família vivia dispersa pelas fazendas. Como a erva-mate, crescera no solo agreste do Pantanal, entre jagunços, piranhas e jacarés.

Sua pequena estatura e a falta de dentes, que o fez receber o apelido “banguela”, podia ser sinal da alimentação deficiente que tivera na infância.

A ação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, órgão do governo federal criado por Cândido Mariano Rondon, em 1910, para atender as populações indígenas extremamente desamparadas, não se mostrava ainda eficiente naquela região de fronteira.

De 1913, temos um relatório de um funcionário, que mais tarde se projetaria internacionalmente como grande pesquisador, o alemão Curt Unkel Nimuendaju, que nos dá uma ideia do drama daqueles indígenas:

[Os guaranis] constantemente são ameaçados de morte se eles tentam abandonar as fazendas, onde trabalham. E que isso não é mera invenção deles ou ameaça vaga, provam os

numerosos assassinatos de guaranis que constantemente se dão em Vacaria, sem ter outro motivo como o ódio ao “bicho” ou qualquer conta fantástica [contraída nos armazéns das fazendas].

A família de Marçal fazia parte do povo nhandeva, conhecido também como avá-guarani, ou simplesmente guarani, um dos subgrupos da grande nação guarani, que vivia no atual Mato Grosso do Sul, não longe da fronteira com o Paraguai. Eram remanescentes de antigas migrações, que chegaram em nosso país após a Guerra do Paraguai. Bons lavradores, muitos já estavam integrados ao sistema fundiário da região, trabalhando em fazendas ou na colheita da erva-mate.

Um outro subgrupo guarani, mais numeroso e de migração mais recente, os caiouás, vivia mais coeso e de forma mais comunitária, mantendo a antiga estrutura familiar e as tradições indígenas.

Mas a violência atingia todos eles. O preconceito da população e a arbitrariedade dos fazendeiros estavam sempre presentes no dia a dia.

Seguramente, ninguém de Cuiabá nem da capital do país teria ficado sabendo da chacina praticada por “bugreiros”, em 1900, contra um grupo caiouá que vivia na beira do rio Papagaio, se não fosse o relato do próprio Nimuendaju.



A ação dos “bugreiros” era implacável. Esses jagunços, especializados em matar índio, isto é, “bugre” (daí o nome), eram contratados por fazendeiros da região, em sua maioria sulistas, no intuito de “limpar” a área, para mais facilmente ocupar as terras.

Nimuendaju conta que alguns guaranis nhandevas foram obrigados pelos seus patrões a acompanhar “bugreiros”, que iam a uma aldeia. No caminho, encontraram um caiouá que morava um pouco retirado dos outros, e os indígenas ficaram ali, para se entreter um pouco com o parente e para comer mandioca. De repente, ouviu-se um tiroteio para os lados da aldeia. Assustados, correram lá para ver o que havia acontecido, indo também o caiouá com seu filhinho. Mas, numa encruzilhada perto da aldeia, encontraram os “bugreiros”, que agarraram o caiouá e o assassinaram, juntamente com a criança. Diziam que não devia escapar ninguém.

Querendo mais sangue, os jagunços ameaçaram até os guaranis, e, na volta, “foi discutido seriamente se não convinha degolar aqueles ‘bichos’ também”. Felizmente sobreviveram, e deles, seguramente, provém esse relato. O número de mortos deve ter passado de 50.

A barbárie continuava. Um pouco acima da barra do rio Papagaio, Virgílio, um outro “bugreiro”, juntamente com mais três jagunços, assassinou um pajé caiouá por não lhes ter entregue a filha, ainda solteira, e mais 5 indígenas.

E o sertanista concluiu esse depoimento comentando: “Essas perseguições têm amedrontado os guaranis de uma tal maneira que eles não se atrevem mais à mínima resistência contra seus patrões”.

Nesse contexto de violência e exploração, nasce o pequeno Marçal, no dia 24 de dezembro de 1920, em Rincão Júlio, na região de Ponta Porã (MS).

Como toda criança guarani, recebeu de Nhanderu, o grande Deus, nosso pai, o significativo nome Tupã’i, o pequeno Tupã, o pequeno senhor do trovão. Era seguramente o prenúncio da trajetória de quem mais tarde marcaria a história indígena no Brasil.

Para o guarani, o nome não é apenas uma designação aleatória, a gosto dos pais, mas a revelação do seu próprio ser. No nascimento, o guarani recebe uma “palavra-alma” enviada por Deus. Essa palavra, que dá a existência, precisa ser descoberta pelo pajé e revelada aos pais, que, solenemente, a pronunciam numa cerimônia. O nome é, portanto, a revelação do ser de uma pessoa.

Toda aquela região do Mato Grosso do Sul sempre foi território guarani, apesar de ter sido invadida, ao longo do tempo, por paraguaios e, posteriormente, por brasileiros.

Os guaranis, embora sem terra, continuavam presentes não só na toponímia, isto é, nos nomes dos rios,

como Iguatemi, Amambaí, Anhanduí; ou de serras, como Maracaju; ou de vilas e cidades, como Tacuru, Curupaí, Caarapó, Panambi, Puitã, Pirapora e Ponta Porã; mas também marcando presença com pequenos grupos e aldeamentos.

Deslocando-se constantemente, como sempre fizeram, nunca deixaram de viver em seu território tradicional, que abarcava o atual Paraguai, Sul e Sudeste da Bolívia, Norte da Argentina, Oeste do Uruguai e parte do Brasil, como Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Diante dos novos donos e num novo contexto social, para sobreviver, tiveram de trabalhar nas plantações de erva-mate e nas fazendas, num regime de semiescravidão.

Quando recebiam algum salário, eram obrigados a fazer compras no armazém do fazendeiro, nunca terminando de pagar as dívidas, pois os preços eram sempre mais altos do que os do comércio local. Muitos, para se livrar dessas absurdas dívidas, fugiam. Ao serem capturados, suas dívidas na fazenda eram acrescidas com as despesas feitas pelo patrão para sua captura.

Num relatório do SPI de 1927, vê-se que pouca coisa mudara na região. Como trabalhadores, eram apreciados pela “resistência, aptidão e reduzido salário”, embora não lhes fosse permitido “cuidar, sequer, de pequenas

lavouras, como fazem os índios que vivem aldeados”. O salário prometido também nunca era pago, devido às supostas dívidas. “O índio caiouá – concluía o relatório – é nos ervais mato-grossenses uma propriedade do ervateiro paraguaio, que, sem nenhum escrúpulo, o explora moral e materialmente.”

\* \* \*

Não se têm informações precisas sobre sua família, mas seguramente o pai de Marçal devia trabalhar nos ervais da região de Ponta Porã, como outros guaranis.

Sentindo-se desprotegida, sua família, em 1923, mudou-se para Tey’kuê, no atual município de Caarapó, a uns 50 quilômetros de Dourados, onde havia um grande agrupamento caiouá.

Em 1926, diante da situação de desamparo em que vivia essa comunidade, o SPI resolveu demarcar 3.600 hectares, transformando o acampamento Tey’kuê na Reserva Indígena José Bonifácio.

Talvez Marçal e sua família pudessem ter se beneficiado dessa nova situação, se não fosse um incidente que mudou, de uma hora para outra, a vida de todos: Marçal fora picado por uma cobra, sendo levado imediatamente ao Hospital Caiouá, da Missão Presbiteriana de Dourados, onde permaneceu vários meses.

## O pregador evangélico

A recuperação da picada da cobra foi lenta. Marçal precisou ficar separado da família por quase um ano. Felizmente, conseguiu sobreviver, apesar dos limitados recursos terapêuticos da época.

Foi em Dourados, no final do tratamento, que recebeu a notícia da morte de seus pais. Devem ter morrido de alguma doença infecciosa, tão frequente na época. A documentação consultada não dá pistas.

Com 6 anos, já acostumado a ficar longe da família, continuou morando no orfanato indígena, o nhanderoga (nossa casa), recém-contruído pela missão, tendo sido seu primeiro interno.

Essa instituição era dirigida por dona Áurea Brianesi, que foi para ele amiga e professora. Com ela cursou os quatro anos do primário.

Apesar de toda a afeição que lhe devotava, dona Áurea não logrou preencher o vazio provocado pela morte dos pais, como ela mesma conta:

Marçal foi meu companheiro e confidente. Ele conhecia todos os caminhos da mata. Com ele aprendi a falar guarani. Por ser

uma criatura inteligente, nos aproveitamos muito do Marçal. Preenchíamos todo o seu tempo. Todavia, por mais que tentasse descer [até ele], nunca cheguei a entender a fundo seu comportamento. Ele tinha momentos de nostalgia, de tristeza, particularidade muito acentuada nos guaranis.

Aos 12 anos, foi morar em Campo Grande com uma família presbiteriana. Desse período não teve boas recordações. Talvez seu espírito livre de guarani se chocasse com as normas rígidas da família evangélica.

Passou seis anos nessa cidade. Completando 18 anos, foi viver com a família de um oficial do Exército, que estava se mudando para Recife. Essa experiência também não deve ter sido boa, já que, dois anos mais tarde, em 1940, estava de volta a Dourados.

A educação presbiteriana marcou-o muito, sobretudo do ponto de vista religioso. Ao chegar do Nordeste, já era um pregador evangélico.

Como um bom indígena guarani, aqueles dois mundos se encontravam sem muitos conflitos. Para o guarani, “a religião é a palavra inspirada”, e seguramente não deveria haver muita diferença entre a “inspiração indígena” e a “inspiração evangélica”.

Sua visão de mundo tinha também algumas semelhanças com a visão fundamentalista da Bíblia. O *tekó porá* (o bom modo de ser) e o *tekó marangatu* (o modo

de ser religioso) estão constantemente ameaçados pelo *tekó vai*, que é a maldade, o pecado, as coisas ruins desta terra. Um dia, o mal triunfará, levando à destruição este nosso imperfeito mundo. Só no além – no *Yvy marã e’y*, a Terra sem mal – é que se encontrará a felicidade.

O jovem presbiteriano angustiava-se com o mal existente no mundo, acreditando que somente a fé em Jesus poderia trazer a salvação à humanidade.

Destacou-se tanto que os dirigentes da missão de Dourados resolveram investir nele, mandando-o para uma casa de formação, o Instituto Bíblico dr. Eduardo Lanide, em Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, onde permaneceu por três anos.

Ali, o pregador indígena cresceu em ardor e eloquência. Como bom guarani, encontrou no canto a maneira de dar vazão à sua índole religiosa. Foi tão bom cantor que chegou a gravar um disco, coisa rara na época.

A conversão de seus irmãos indígenas passava a ser a meta de sua vida.

Voltando para Dourados, pôs-se a visitar as aldeias guaranis e caiouás da região.

Nesse momento, já não existia mais o território de Ponta Porã, de efêmera duração, voltando a integrar o Estado de Mato Grosso. As terras foram loteadas entre os amigos dos governadores e políticos do Estado, agravando mais ainda a situação de abandono dos guaranis.

Diante do quadro de miséria e de exploração, que aumentava cada vez mais, Marçal procurava dirigir mensagens de esperança àquela população explorada, que não tinha como acreditar no governo dos homens.

“Cristo é nossa esperança. Mas, para os índios, não há mais o que esperar neste mundo. Daqui a uns 50 anos, vocês estarão reduzidos a uns restos miseráveis. Esperança só no além, onde se medirão a todos com igual medida, pobres e ricos, ignorantes e instruídos.”

Essas palavras conservadas pelo antropólogo Egon Schaden, de quem foi grande fonte no início de 1950, mostra o teor do seu discurso evangélico, no qual a resignação ao mundo terrestre mau e a busca da perfeição pessoal pareciam ser as únicas saídas.

Apesar de imerso nesse evangelismo presbiteriano, não deixava de guardar, no seu íntimo, a cultura tradicional. E, como líder nhandeva, deu preciosas informações não só a Egon Schaden, mas também a Darcy Ribeiro, por ocasião de suas viagens a Dourados, entre 1949 e 1951.

Nos cultos, sempre lia a Bíblia em guarani, tornando-se o grande intérprete dos pastores.

A Convenção Indígena Presbiteriana, realizada em Dourados em 1953, foi um marco na sua trajetória missionária. Comovido pela profissão de fé de sua esposa e de sua sobrinha, fez também uma confissão pública,



pedindo perdão pela falta de empenho cristão: “Fui um crente que não tinha paixão pelas almas. Fui a todas as aldeias com um cientista<sup>1</sup> e não falei de Jesus. Oh! Estou arrependido... Vejo a fumaça dos ranchos na minha frente e as centenas dos meus patrícios sem salvação”. Assim recorda dona Loide, esposa do pastor local, o reverendo Orlando Andrade, lembrando aquela memorável convenção. “Comovido – continua ela –, Marçal subiu no púlpito onde estava meu marido; abraçando-o, disse: ‘Reverendo, o senhor tem trabalhado sozinho, mas de hoje em diante eu estarei ao seu lado, em todo o serviço do Senhor e em todas as lutas. Eu irei nem que seja para sofrer e morrer por Ele. Para atingir as aldeias mais distantes, usarei meu cavalo velho e, se ele morrer, irei a pé.’”

“Nunca esperávamos que o Espírito Santo se manifestasse de maneira tão poderosa em nossa igreja indígena<sup>1</sup>” – comenta dona Loide. “Vimos um verdadeiro Pentecostes em toda a comunhão com Deus e em toda a doçura do amor de Cristo. Muitos falavam quase em lágrimas. Os jovens da igreja caiouá levantaram-se, entregando-se a Cristo incondicionalmente.”

Durante os 10 anos subsequentes, Marçal viveu a cultura ocidental e a vida evangélica mesclada com seu ser guarani, sem muitos conflitos.

---

<sup>1</sup> Pode ter sido ou o antropólogo Egon Shaden ou Darcy Ribeiro.



## O caminho da volta

Marçal, como líder, apaixonava-se por tudo que fazia.

Era um missionário dedicado e preparava-se para se tornar um agente de saúde. Depois de ter feito o curso da Organização Mundial da Saúde, em 1959, tornou-se um competente auxiliar de enfermagem.

Sua viva inteligência, o bom senso e uma sabedoria que lhe era inata fizeram com que, aos poucos, aquela alma de pregador fosse redescobrimdo a realidade indígena e a cultura de seu povo.

Papel importante tiveram os antropólogos que por ali passaram e dos quais era a grande fonte. Esse contato teve dupla mão: Marçal passou muita informação a esses pesquisadores e eles o ajudaram a retornar às suas raízes.

Deu-se então o que poderíamos chamar de “segunda conversão”, ou “o caminho da volta ao ser guarani”.

Ele mesmo conta esse retorno, como uma reviravolta na sua vida, durante o Seminário Sul-mato-grossense de Estudos Indigenistas, em 1980:

Primeiramente, eu quero lembrar um pouco do meu passado. Não me lembro bem, porque nós, índios, não guardamos

datas, como vocês guardam datas e anos no papel. O nosso calendário é o inverno, o nosso correr dos meses é a Lua, o nosso relógio é o Sol. Por isso, não me lembro bem. Se não me engano, na década de 1940, tive o meu primeiro encontro com o professor Darcy Ribeiro. Convivi com ele em suas pesquisas de aldeia em aldeia.

Naquela época, este que fala a vocês não tinha... não tinha um ideal, não tinha um alvo, não conhecia a própria história. Em contato com esse grande amigo meu, dr. Darcy Ribeiro, apesar de não ter quase preparo – mas Tupã, que abre as mentes, abriu também a minha mente –, reportou-me ao meu passado muito distante. E ali, depois que o dr. Darcy Ribeiro foi embora, eu revivi a glória do meu povo já muito distante, sendo levada pelos séculos, pelo tempo e pelos anos.

E, num processo de conversão e retorno à sua identidade étnica, lançou-se de corpo e alma nessa nova missão junto ao povo indígena, como continuou relatando nesse comovente depoimento:

Descobri... descobri que nós tínhamos uma riqueza muito grande, uma riqueza muito preciosa, que era a nossa cultura, a nossa crença, a nossa vida de índio, a nossa organização. Desde então, nasceu um amor muito profundo pelo meu povo índio. Desde então, propus em minha vida viver toda a vida, viver entre meus irmãos, para, pelo menos, sentir o seu sofrimento,

a sua vida, o seu viver. Então, revendo todos, a glória de meu povo já perdida no século, propus, em meu coração, batalhar pelo menos pela restauração da nossa cultura, da nossa crença, da nossa organização social, que só nós entendemos.

O processo de volta às raízes indígenas e à cultura de seu povo foi lenta, mas segura.

Seu discurso não foi um discurso emocional evangélico, como se viu em 1953. Foi um discurso de quem começava a ver a realidade e a miséria de seu povo, que vivia nas fazendas, sob a exploração dos novos donos da erva-mate, que antes crescia de forma nativa, livre, agreste.

No início do século 20, uma onda de paraguaios invadiu a região, sendo que a maioria era de empregados de companhias recém-instaladas, como a Mate Laranjeira, com a conivência do governo brasileiro. Só essa empresa tinha a seu serviço em torno de 3 mil paraguaios.

Em 1963, Marçal já tinha consciência do drama do país em que vivia seu povo, como se vê num discurso que fez por ocasião da inauguração do Hospital Indígena Porta da Esperança, em Dourados:

O verde da bandeira que os brasileiros carregavam representava a mata que a civilização nos tirou; vivemos nas terras do governo,

como párias, esmagados sempre. O amarelo, que representava a riqueza do Brasil, a pesca e a caça, hoje estão ausentes de nossa terra; tiraram-nos tudo em nome da civilização. O branco, que simbolizava a paz tão desejada, hoje está ausente do homem. E, finalmente, o azul, que representava o céu, na sua beleza florida – estrelas e astros a brilhar –, foi a única coisa que a civilização deixou ao índio, e isso porque ela não pôde conquistar ainda...

Como muitos dos guaranis de Dourados, nessa época casou-se com uma não índia, Aristídia, de ascendência paraguaia, tendo com ela sete filhos. Apesar dessa grande família, não hesitou em criar outros dois que lhe foram entregues, ainda recém-nascidos.

De todos eles, foi sua filha Edna quem melhor conservou a memória do passado. Lembra com saudade aquele tempo, num depoimento colhido pela equipe do professor José Carlos S. B. Meihy:

Em meu tempo de criança, tudo era muito diferente... então o grupo guarani era maior que hoje e havia uma perfeita integração entre todos os índios. (...) Naquele tempo, não havia desmatamento e no meio da mata tudo era melhor. (...) Trabalhávamos juntos mediante o sistema de mutirão e tínhamos um padrão de vida muito melhor do que agora...

(...) Papai ajudava muito: ele era enfermeiro, pedreiro, enfim, era tudo e amigo... Todos gostavam dele e viviam andando atrás

dele, consultando-o para isso e para aquilo... Pode dizer que ele era uma espécie de cacique... Mesmo os caiouás, apesar de não serem exatamente iguais aos guaranis, vinham sempre à nossa casa e eram tratados como irmãos...

Quando chegavam os domingos, dia em que os índios têm mais folga, muitos se reuniam em casa, faziam rodas de conversa e eram longas horas discutindo os problemas... Era nesses momentos que meu pai alertava as pessoas sobre o que estava ocorrendo até hoje... É curioso que as rodas não tinham hora nem para começar e nem para terminar... Aliás, até hoje tenho problema com esta história de hora marcada. Tudo era espontâneo... o pessoal vinha passear em casa, chegava uma família, outra... (...) Era nessas horas que se falava nos problemas da reserva, progresso do branco, dos problemas que estavam sendo provocados... Meu pai sempre se dedicou muito a pensar em como nosso povo deveria se comportar...





## Surge um novo líder

No ano de 1963, Marçal foi eleito capitão, isto é, cacique da Reserva Indígena de Dourados. Foi uma indicação quase natural, pois ele era a grande referência na área. Dourados já se mostrava uma aldeia complicada, onde a falta de terra e a dilapidação do patrimônio indígena se mesclavam com a presença de vários grupos étnicos, sobretudo terena, que começavam a controlar os cargos-chave.

Um levantamento de 1965 mostrava que a Terra Indígena Francisco Horta, nome oficial da reserva de Dourados, possuía 3,6 mil hectares com uma população de 1.463 pessoas, das quais 745 caiouás, 346 guaranis e 372 terenas.

Num relatório do ano seguinte, o chefe da 5ª Inspeção Regional do SPI encaminhava uma descrição quase idílica da área, que contrastava com a trágica realidade, mais tarde denunciada nas assembleias indígenas.

Área toda cercada, casa da sede do posto, um trator, uma serraria, uma escola primária, um caminhão para transporte de toras, pequena lavoura e criação de 80 bovinos mestiços.

Grande reserva de madeira, principalmente peroba, ipê e outras. É um posto bem servido de água; suas terras são ótimas para o cultivo de arroz, feijão, milho, batata, mandioca, trigo etc. São as melhores terras para cultura da região.

[Há] 200 famílias de índios pertencentes à tribo Caiouá, que moram já em seu respectivo lote de terra, conforme orientação dada pelo próprio SPI. Esses índios dedicam-se à lavoura ou ao trabalho na cidade, ou com fazendeiros vizinhos. Dada a proximidade do Hospital das Missões Evangélicas – Caiouá, qualquer caso de doença entre esses índios é prontamente atendido nesse hospital, com o qual o SPI mantém convênio. Após concluir o curso primário na escola do posto, vários jovens índios seguem curso ginásial em Dourados, sendo por isso um posto ideal para se estabelecer uma escola de aprendizagem agrícola. Vivem em pequenas casas de madeira, cobertas de palha ou de capim, piso de terra batida.

Se essa descrição correspondia à uma visão integracionista do SPI, ela foi reforçada pela transferência de outros indígenas mais próximos desse modelo, como os terenas, uma nação de agricultores. O objetivo era fazer com que os guaranis e caiouás aprendessem com eles a agricultura e assimilassem a cultura brasileira, vista como a “cultura civilizada”. Isso foi muito destruidor para os antigos moradores da reserva, como observou

Edna, filha de Marçal, na mesma entrevista para a equipe do professor Meihy:

Isso foi desestruturando o sentido da tribo e tirando a vida dos guaranis e dos caiouás da normalidade... Meu pai logo percebeu essas interferências... ele via tudo, observava atentamente e procurava atuar sobre a comunidade esclarecendo, tentando neutralizar as coisas... (...) O trabalho de meu pai era mais de conscientização... ele conseguiu algumas coisas, ainda que com dificuldades.

Lembrando aquele antigo tempo, Edna comentava:

Antes do SPI e da Funai, havia muita alegria entre a gente... naquele tempo ainda se podia ser índio de forma genuína... Havia muita dança e se fazia a chicha,<sup>2</sup> dançava-se bastante, rezava-se e, se fosse época, havia também fogueira, em torno da qual as pessoas amanheciam conversando... Os velhos eram respeitados e ouvidos... Era muito bonito!

À medida que lideranças terenas assumiam a cultura brasileira e as religiões cristãs, as festas tradicionais foram proibidas. Marçal, ao contrário, as incentivava,

---

<sup>2</sup> Bebida fermentada, feita com milho.

desaprovando as festas dos “brancos”, que sempre traziam bebedeira e brigas.

No início dos anos de 1980, numa entrevista para um jornal de Dourados, o próprio Marçal reconhecia a perda parcial da cultura: “Aqui em Dourados, o índio já vive quase a vida do caboclo. Come feijão, arroz, carne. Já planta um pouco da cultura do branco, plantando de tudo um pouco. Nós, aqui do Mato Grosso do Sul, grande parte da cultura indígena já se perdeu no tempo”.

Ao contrário dos outros chefes de posto, que não se preocupavam com indígenas desaldeados, ele passou a se ocupar também dos guaranis e dos caiouás que viviam dispersos nas cidades e fazendas da região, estimulando o retorno à área indígena. Incentivou também a lavoura comunitária e o trabalho em mutirão.

Essa nova postura começou a incomodar os funcionários da Funai, órgão que veio substituir o SPI, em 1967. Esses burocratas estavam muito mais preocupados em enriquecer com a venda de madeira e de outros produtos das áreas do que em defender a comunidade indígena.

A partir de 1964, o Brasil conheceu a ditadura militar, que para os povos indígenas foi igualmente desastrosa, pois representou um reforço do poder dos fazendeiros e dos grandes grupos econômicos. A questão indígena era agora uma questão de segurança nacional,

pois muitas reservas ficaram em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Centro-Oeste, em regiões de reserva mineral ou de fronteira. A Funai deixou de pertencer ao Ministério da Agricultura, passando para o Ministério do Interior.

A entrada de militares na presidência da Funai confirmava essa política. Criou-se até um serviço de informação indígena, espécie de “serviço de inteligência”, para controlar a presença de elementos estranhos nas áreas indígenas e autorizar a entrada de missionários.

Devido à mudança de linha pastoral da Igreja católica, que já não se mostrava tão dócil à política oficial, as igrejas evangélicas passaram a receber mais apoio, pois tinham a mesma visão de integração rápida, tornando-os cristãos, incentivando o abandono da língua e das tradições.

Quem não se enquadrava nesse esquema, era chamado de comunista e subversivo, como o foram muitos missionários católicos.

Marçal foi também chamado de “comunista, agitador”, como lembrou sua filha Edna. “O que ele fez foi algo subversivo”.

Por ocasião de sua morte, o antropólogo Rubens de Almeida, que bem o conheceu, afirmava que “muitos alegaram que estivesse sendo influenciado por terceiros, indicando descrença na sua capacidade de pensar e reivindicar”.

Mas sua postura era fruto do mergulho que fez na cultura guarani, que lhe aguçou a consciência social e política.

Por sua prática diferente, conscientizadora e humana, em 1972, Marçal foi afastado do cargo de capitão, passando a exercer apenas a função de atendente de enfermagem. Era uma maneira de diminuir sua influência na área.

Por sua vez, Marçal afastou-se da Igreja presbiteriana, deixando de ser membro da Missão Evangélica Caiouá, a qual servira por 30 anos. Não se afastou da religião, mas sim de uma manifestação religiosa que não deixava viver sua religiosidade tradicional.

A religião continuava tendo um lugar importante em sua vida, como confidenciou à sua amiga Ilda Silva:

O índio em si crê num ser supremo. Tem um ser criador de tudo isso: da natureza, do céu, da chuva, do Sol. Ele crê em tudo isso. E ele tem a sua maneira de praticar a sua religião. Tem seus cantos, suas rezas, sua dança. Tudo isso muitos grupos indígenas ainda conservam. Essa é a maneira do índio. Ele crê num ser supremo, Tupã, que criou a natureza.

Quem passou a responder pela chefia do posto indígena de Dourados foi José Sardinha. Como outros funcionários da Funai, aproveitava-se do cargo para

enriquecimento próprio, em convivência com algumas lideranças indígenas corruptas.

Para acobertar suas falcatruas, articulou a nomeação de Ramão Silva Machado, um mestiço, para capitão, isto é, cacique. Seu passado não o abonava. Quando jovem, envolveu-se numa briga, esfaqueando um guarani, que quase morreu. Com medo de vingança, fugiu para Ponta Porã, onde se engajou no Exército, voltando alguns anos depois para Dourados. Como capitão, impôs métodos militares, apoiando a formação de soldados indígenas e criando uma cadeia para quem desobedecesse suas ordens.

Na 11ª Assembleia Indígena, realizada na área xavante de São Marcos, em 1978, num depoimento-denúncia, o guarani Cláudio Nenito, de Dourados, assim o descrevia: “Ramão Machado diz que é chefe dos índios, mas ele não é filho de índio, pois ele não fala o idioma guarani, caiouá ou terena, que são os idiomas falados. Os seus capangas, que maltratam os índios e andam armados são Joel Isnard, Manoel Morais, Tânis Martins, seu filho, Ivo Martins, Atanásio Bertolini, João Paraguaio e seu pai, Lázaro Paraguaio, que são posseiros”. Acusava-os também de terem ido buscar armas em Ponta Porã.

Nessa época, chegaram ao Mato Grosso do Sul pessoas ligadas ao Cimi, preocupadas com o abandono dos indígenas e buscando conscientizá-los. Sem ter ainda

uma organização naquele Estado, o Cimi estimulava a participação de lideranças da região nas Assembleias de Chefes Indígenas que começavam a se realizar.

Sem ter instâncias que pudessem atendê-los, as denúncias de irregularidades das áreas eram levadas para essas reuniões de caráter nacional e que muito assustavam a Funai. Algumas delas foram até proibidas pelo órgão oficial. Geralmente, as lideranças tinham problemas para sair das áreas para esses encontros.

E foi na assembleia realizada na Missão Bororo de Meruri, no Mato Grosso, em 1975, que o mesmo Nenito denunciou a situação em que viviam:

Estou reclamando do que tem acontecido com os índios caiouás, que, por qualquer coisa, são transferidos. Como o índio pode possuir alguma coisa na vida, assim desse jeito? Os índios são transferidos como gado que a gente pega e põe num campo e no outro. Eu, da minha parte, acho que os índios vão desaparecer mesmo, porque já têm poucos... Outra coisa que eu quero dizer é que, lá, os índios ganharam um trator, mas o trator fica nas mãos do capitão. Isso quer dizer que eles [o capitão e o chefe de posto] ganham dos índios na colheita e ganham na terra tombada.

O desmatamento aumentava dia a dia, a partir dos próprios funcionários da Funai, como denunciou Nenito:



A madeira da terra dos índios, eles estão tirando tudo. Estão derrubando o mato. Quer dizer, como os índios vão construir uma casa, de onde vão tirar madeira? Se os índios ficarem só com a terra, como vão se valer depois, não tendo madeira dentro da área do posto? O próprio chefe do posto dá castigo pros índios. Já tem três anos que eles prendem índios e levam pra lavoura do capitão [para trabalhar forçado]. Se tiver comida em casa, a mulher do preso leva comida pra ele. Mas o que acontece com os índios mais fracos? Enquanto ele está sendo castigado, a mulher e até a criança ficam passando fome. Um dia, fui defender um índio que estava sendo judiado e aí fui preso. Já fui preso umas três vezes. Lá índio tem apanhado amarrado!

## Métodos e violências de quartel eram frequentes:

Até hoje, não achamos uma autoridade pra defender os direitos dos índios. Até morte eles já fizeram lá. Foi morto um índio chamado Martins. Como ele não tinha família, eles levaram o corpo pra uma delegacia, dizendo que aquele não era índio, que era paraguaio. E ficou como paraguaio, sendo índio... No dia que o Martins foi morto, pegaram um guri de 17 anos, pensando que era filho do Martins. Ele foi judiado, apanhou muito. A comida dele era salmoura e fumo. Ele tinha que beber. Ele desapareceu na cadeia. Nós não sabemos pra onde ele foi. Isso já vai inteirar três anos...

Um dia, à noite, à meia-noite, eles prenderam o índio Xisto Daniel. Prenderam ele e ele amanheceu morto na cadeia. Nós não sabemos como ele morreu, porque na cadeia a polícia toma conta, nós somos particulares... Nós viemos muitas vezes a Campo Grande fazer queixa e nada de melhorar, cada vez pior!

A repressão por parte da Funai era tão grande que, depois que Nenito voltou da assembleia, passou muito tempo sem poder entrar na área indígena de Dourados. Certo dia, foi preso pela polícia, tendo sido levado para a cadeia local. Para soltá-lo, o bispo de Dourados e um vereador foram até o posto indígena, ficando ali detidos por 40 minutos, recebendo muita agressão verbal.

Se não houvesse esse apoio, Nenito certamente teria “desaparecido”, como alguns outros indígenas.

Por isso, na 8ª Assembleia Indígena, em São Miguel das Missões, em 1977, Marçal dizia que “as únicas missões que estão do lado do índio são as missões católicas, porque as de outra religião, na hora do perigo, fazem como a tartaruga: enfia a cabeça na casa”.

Como era de se esperar, Marçal foi a próxima vítima. Ele mesmo contou no filme “Terras dos índios”, de Zelito Viana:

O caso que aconteceu comigo foi em 1974, no mês de abril. Foi dia 8. Mais ou menos 9 horas da manhã, eu estava fazendo o

relatório mensal do movimento do ambulatório para o PI [posto indígena], quando apareceu um grupo de índios liderados pelo capitão Narciso, índio caiouá, e também pelo capitão Ramão Machado, que é outro capitão e que era braço forte naquela época do encarregado Sardinha. Chegaram ali, conversaram com o encarregado, com outro capitão, e foram destacados mais ou menos dez índios, e me pegaram como se eu fosse um criminoso, um elemento perigoso.

Entraram lá, me pegaram e me rasgaram toda a roupa e... quase me deixaram nu. E me levaram fora do ambulatório, onde fui espancado pelos outros índios. Eu não culpo o índio, não. O índio não tem culpa nenhuma. Eles foram subornados pelo capitão Ramão e pelo encarregado para fazer essa injustiça contra mim.

Marçal foi levado para Campo Grande, sendo que sua família foi obrigada a sair da área, indo morar na cidade de Dourados. Caso insistisse em permanecer na aldeia, sua casa seria queimada. Ali passou a trabalhar como enfermeiro da Casa do Índio. Por reclamar das condições de como os indígenas eram acolhidos ali, foi dispensado, tendo sido orientado a ir para qualquer área, exceto a de Dourados, que passava ser domínio da dupla Sardinha-Ramão.

A violência, que para muitos poderia ser uma intimidação, para Marçal foi um desafio: lembrando-se dos indígenas de Tey'kuê, onde passara sua primeira infância, pediu para ser transferido para lá.



## Em defesa de seus irmãos guaranis

A ida de Marçal para Tey'kuê representou uma nova e decisiva etapa na sua vida. Parece que ganhara força para sua nova jornada, purificado que foi pela humilhação e pela violência.

Ali passou a exercer novamente suas funções de auxiliar de enfermagem. Devido às precárias condições da aldeia, sua família preferiu permanecer em Dourados. Depois de um ano e meio, ela conseguiu voltar para a área indígena, onde havia vivido por 30 anos. Puderam ocupar apenas uma pequena parte do lote, pois o restante havia sido distribuído entre as famílias e os protegidos do capitão Ramão.

Em Tey'kuê, Marçal sentia-se incumbido de uma nova missão. Não uma missão religiosa, como anteriormente, mas o compromisso pela sobrevivência de seus irmãos guaranis e caiouás.

Em 1976, conheceu o Cimi, que desejava se instalar na região e iniciava um levantamento populacional. Uma das metas do Cimi era ajudar a organização indígena, apoiando assembleias de caciques e lideranças. Quatro reuniões de caráter nacional já haviam sido realizadas,

sendo que, na terceira, houve a participação de guaranis do Mato Grosso do Sul.

Em abril de 1977, Marçal teve uma nova experiência que marcaria muito sua vida, ao participar da 8ª Assembleia de Chefes Indígenas, nas ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

Não poderia deixar de se emocionar ao pisar a terra de seus antepassados, palco de uma das importantes lutas de resistência indígena do continente e destruído pelas forças de ocupação portuguesa e espanhola, em meados do século 18. Apesar de esses guaranis terem vivido numa missão católica, perdendo muitas tradições ancestrais, conseguiram manter uma proposta social e econômica próxima do antigo sistema guarani. Tanto é verdade que pegaram em armas para defender as terras e as construções missioneiras.

Ali, em 7 de fevereiro de 1756 – portanto, 221 anos antes –, o líder guarani Sepé Tiaraju e outros 1,2 mil guaranis foram mortos pelos exércitos português e espanhol.

As paredes da igreja em ruínas, o cemitério indígena, aquele passado guerreiro devem ter dado muita inspiração para Marçal descortinar novos rumos para o futuro de seus irmãos. Na assembleia indígena, usou o mesmo vigor do discurso de seus antepassados, que questionavam a política colonial:

Nós já convivemos anos e anos com a civilização do branco e já chegamos à conclusão de que quem tem interesse na vida do índio, na pessoa do índio, é o próprio índio. Chegamos ao fim da picada, ao fim da estrada: ou nós avançamos ou nos entregamos ao branco. Esta reunião nasceu da experiência de quem tem um pouco de humanidade, de amor ao próximo. Meus irmãos, chegou a hora de nós levantarmos a voz pela sobrevivência da nossa gente, que antigamente foi um povo feliz, um povo despreocupado. Somos um povo que já teve pátria e que não tem mais pátria. Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoal lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direito no papel, mas onde está a realidade?

Tenho uma cicatriz na minha vida, no meu coração, que nem o tempo nem os séculos vão apagar... Eu estava querendo fazer verão sozinho, como diz o ditado – ‘Uma andorinha não faz verão’.

Chegou a hora [em] que nós sozinhos não conseguiremos fazer nada. Precisamos nos unir braço a braço e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegou a um ponto que nós, os índios, devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembleia, reunir, ouvir todos.

Tem noites que não durmo, pensando nos nossos problemas. De esperar nós estamos cansados. Todos aqui temos essa experiência. Nossas reservas estão devastadas, sem madeira.

Quem tirou? Foi o índio para fazer suas casas? Não, foi o próprio branco. Não podemos ficar mais de braços cruzados. Esta talvez seja a última oportunidade pra nós erguer a nossa tribo, erguer a voz das nossas tribos.

Não é de hoje que eu sonhava com uma Assembleia de Índios. É uma coisa maravilhosa. Tem gente que quer que a gente sempre ande com a ‘cangaia’ no pescoço... Eu fico emocionado, muito grato a vocês, principalmente a essa gente que está interessada em restaurar a nossa tribo, que foi uma grande nação no passado.

Nessa assembleia, foi redigido um documento apresentando os problemas que as comunidades indígenas enfrentavam e propondo algumas sugestões, tais como a subordinação da Funai à presidência da República. São denunciados o projeto de emancipação dos povos indígenas, a falta de terra e a prática integracionista, não só do governo, mas também de várias missões católicas e evangélicas. O documento termina com esta afirmação:

Queremos mostrar, a todos aqueles que nos oprimem, que somos dotados de capacidade de raciocínio e que, de fato, procuramos, dentro dos meios legais, solucionar os problemas. E, para finalizar a nossa mensagem, no ‘Dia do Índio’, queremos oferecer um pouco dos nossos valores a essa sociedade, que está despida dos valores espirituais e humanos.



Esses valores vocês encontrarão na nossa forma simples de vivermos a vida.

O documento foi assinado nas ruínas de São Miguel, em 19 de abril de 1977, pelos representantes dos povos xavantes, bororos, parecis, apiacás, caingangues, caiabis, terenas, guaranis, nhandevas e caiouás.

Em 1978, foi criado, em Dourados, o Cimi-Regional Mato Grosso do Sul, tendo sido Marçal convidado para participar como assessor de saúde. A partir desse momento, o Cimi tornou-se o espaço que ele precisava para levantar voo.

Várias denúncias sobre a situação dos guaranis e dos caiouás são feitas pelo Cimi-MS, como a venda de madeira, a apropriação por parte de funcionários da Funai do trator da comunidade e a polícia indígena, “considerada extinta ‘oficialmente’, mas que continua atuando em todos os postos indígenas do Estado”.

Outros fatos surgiam tanto na imprensa oficial quanto na alternativa sobre a dura realidade de “dependência, fome e desintegração grupal devido à falta de terra dos 8 mil caiouás e dos 1,8 mil guaranis-nhandevas” das oito reservas da região de Dourados, como denunciava o Cimi-MS.

Um outro problema grave, que não aparece na imprensa, mas foi denunciado por Marçal, era a corrupção

de menores praticada por agentes da própria Funai, resultando na venda temporária de menores entre 12 e 15 anos. Uma vez engravidadas, muitas acabavam suicidando-se.

Todas essas denúncias levaram ao afastamento de Sardinha da chefia do posto indígena.

Nessa época, Zelito Viana produz um filme-denúncia sobre a situação indígena no Brasil – “Terra dos índios”, quando a voz de Marçal foi ouvida:

Eu queria que o público brasileiro sentisse e visse, através dessa filmagem, a situação real de uma parte do índio brasileiro. [Precisamos] conhecer não só os nossos irmãos do Amazonas, que ainda têm área maior, com a possibilidade de se locomoverem numa área bem grande, o que é muito lindo. (...) Nós não temos nada disso. Nós, índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para a nossa sobrevivência... Não temos mais nada! É isso que eu quero que chegue ao conhecimento do presidente da República.

Marçal Tupã’i, a voz do trovão, ecoava por todo o Brasil.

## **Nasce a União das Nações Indígenas – UNI**

Nas assembleias indígenas, ficou evidente a necessidade de uma articulação permanente e de caráter nacional. Sozinhos, eram fracos; mas, juntos, os indígenas seriam fortes e poderiam ser ouvidos.

O I Seminário Sul-mato-grossense de Estudos Indigenistas, realizado em Campo Grande em abril de 1980, foi um momento privilegiado para o aprofundamento dessa ideia. Estavam ali várias pessoas de destaque, entre as quais o antropólogo Darcy Ribeiro e Marçal Tupã'i. Ao abrir sua exposição, Darcy fez questão de homenagear o velho amigo:

Marçal, meu companheiro, meu colega intelectual... Tenho um alto respeito por você, como meu colega. Eu não saúdo muita gente como colega, mas eu saúdo você, Marçal! Você é um momento de lucidez do seu povo e do povo brasileiro. E eu quero dizer quem é Marçal...

Marçal permaneceu em silêncio, atado e amarrado na sua raiz... Ele, com essa capacidade intelectual, ele, com essa lucidez, continuou atado a esse povo incompreendido, que o

Mato Grosso do Sul nunca entendeu como poderia entender... Meus queridos, não há nada mais alto que eu conheça que a mente guarani, que a espiritualidade guarani. Ele ficou atado a ela, a essa dignidade. Marçal, um ou outro pode estranhar que seja armado intelectualmente, e que esteja na aldeia. Mas é lá que ele tem uma 'seita', lá ele tem o alimento espiritual que só seu povo pode dar...

Vivendo na aldeia, percebeu que sozinho não conseguiria nada. Seu sonho era criar uma organização indígena de âmbito nacional, que antevira, dois anos antes, na Assembleia Indígena de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Naquele encontro regional, retomava a ideia, na presença de lideranças guaranis e terenas. No encerramento dos trabalhos, fez um apelo nesse sentido.

De fato, o surgimento dessa organização ocorreu alguns meses depois. Entre 7 e 9 de junho de 1980, na mesma cidade de Campo Grande, com a presença de várias lideranças, foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), elegendo uma diretoria provisória. O presidente indicado foi Domingos Veríssimo Marcos, do povo terena, e o secretário-geral, Paulo Bonifácio, também terena.

Por ter reunido apenas lideranças regionais, esperou-se a 14ª Assembleia Indígena, que seria realizada

em Brasília, no final do mês, para que a organização fosse melhor estruturada.

Entre os dias 26 e 30 de junho, foi realizada na capital federal uma assembleia com 54 líderes, de 25 povos, procedentes de 14 Estados brasileiros, além de um representante da nação shuar, do Equador. Isso foi uma façanha, pois a Funai sempre dificultava essas reuniões de lideranças. Como nas assembleias anteriores, esta contou com o apoio do Cimi.

Além da discussão da nova organização indígena, deveria ser preparada uma mensagem para ser lida ao papa João Paulo II, que realizava sua primeira viagem ao Brasil.

A presença das mulheres foi uma novidade nessa reunião, pois em encontros anteriores os homens eram maioria absoluta.

Além da reivindicação por terra e autonomia, falou-se muito da falta de liberdade e do direito de se organizar. A existência de uma organização indígena era temida e fortemente combatida pela Funai, pois o regime militar tinha medo de sociedade organizada.

Diante das declarações do chefe do Departamento de Informações da Funai, coronel Zanoni, que dizia que a “UNI era ilegal”, Lázaro Kiriri, da Bahia, contestava: “Não é ilegal, não. A unidade existe também na lei e está na lei da natureza. (...) É o índio que vai resolver o problema do índio.”

Após uma assembleia com 78 pessoas, os indígenas decidiram mandar representantes para o encontro de Brasília com o papa, apesar das ameaças da Funai. Os depoimentos se sucediam e a maior parte relatava as dificuldades para sair da aldeia, como ocorreu com Mário dos Santos, caripuna: “Se o senhor proibir nossa saída – disse ao chefe do posto, que queria impedi-los de sair –, nós é que proíbe o senhor de ficar aqui, porque essa terra é nossa e não sua!”

Marçal relatou também a pressão que sofreu:

Aqui estou representando duas aldeias: Posto Indígena Dourados e aldeia Campestre. Se eu estivesse na aldeia, não teria oportunidade de chegar até aqui, porque eles – os chefes brancos, os capitães manipulados pelo posto [da Funai] – não dariam licença pra gente sair. Primeiro, porque sou enfermeiro da Funai e, segundo, porque sou índio, e índio não tem licença de sair. Tem de estar baixando a cabeça, pedindo bênção pra branco da Funai para poder sair, e, às vezes, eles não deixam. E se a gente teimar, eles – a polícia indígena ou a Polícia Federal – pegam a gente em qualquer lugar e levam pra trás. Atualmente, estou trabalhando na fronteira com o Paraguai, lá numa aldeia muito pequena, composta de nove famílias apenas. Lá nós não temos lugar ainda, nada definido. Vivemos de teimosia. Nós temos que teimar, meus irmãos, teimar e bater, e bater e lutar, e lutar

pra poder sobreviver neste país tão imenso e tão grande e que foi nosso e que foi roubado de nós.

A assembleia tinha sua atenção voltada para o encontro com o papa e por isso não se decidiu muita coisa, do ponto de vista organizativo. Uma nova reunião foi marcada para setembro.

No final da reunião, através de um comunicado da nunciatura de Brasília, souberam que o papa não os receberia lá, mas em Manaus, onde estava previsto um encontro com os indígenas.

Embora frustrados, não esmoreceram, pois tentariam conseguir recursos para a viagem do maior número possível de lideranças. E lá poderiam discutir com os parentes do Norte a formação da UNI.





## **O clamor dos indígenas chega ao papa**

A reunião de Manaus foi um marco, como encontro de lideranças indígenas de todo o país. A presença de várias etnias mostrava a importância de uma articulação nacional. Sentia-se que o desafio era grande, pois não se sabia bem que caminho tomar.

Estavam presentes caingangues, do Sul; guaranis, terenas, xavantes, bororos, do Centro-Oeste; galibis, caripunas, macuxis, uapixanas, saterés-maués, apurinãs, ticunas, culinas, miranhas, tuiúcas, ianomâmis e desanas, da região Norte.

Mais uma vez, Marçal trouxe sua opinião: “Com a vinda do papa, temos agora uma oportunidade única de expor o problema da nossa família indígena, da nossa gente. Ele é o representante de Cristo, é a voz da humanidade, voz mundial”.

Os depoimentos se sucediam. Além de relatar ao papa importantes problemas que enfrentavam, outros desejavam denunciar a inoperância do órgão tutor em fazer respeitar os direitos indígenas, como fez o uapixana Raimundo Cruz: “Já fui a Brasília. Falei com o

presidente da Funai. Já falei com o ‘cachorro’ dele, o superintendente Otávio. Nada consegui. Desde 1973 estamos lutando. Nós reconhecemos a nossa área. Desde o tempo dos avós não teve problema. Só hoje começaram essas coisas: pesca proibida, criação também. Mas vizinhos já flecharam porco de fazendeiro.”

Estava ali também Domingos Veríssimo, presidente da recém-criada UNI, que levava para lá as dificuldades daquele início: “A UNI não precisa ser reconhecida por ninguém, nem pelo governo”. E apontava para um perigo que paira até hoje sobre as populações indígenas – a estadualização. “Somos contra a estadualização da política indigenista. Os Estados não têm força. Os grandes fazendeiros são compadres das autoridades estaduais. A estadualização está assinada, mas a gente está de sobreaviso!”

No final da reunião, Marçal deixou uma mensagem, com um tom profético:

Em primeiro lugar, é preciso unir de novo os povos indígenas. O nosso caminho não será de rosas. Talvez muitos de nós devam escrever a nossa história indígena com o sangue, como tem acontecido a irmãos nossos. Temos o dever sagrado de defender o que é nosso!

Depois que o papa for a Roma, vamos nos conscientizar do que é nosso, do nosso povo, da nossa nação. Estou aqui, meus

patrícios, não a passeio. Quem luta por uma causa não tem tempo de pensar em si, mas por seu povo!

Meus irmãos, aquela corrente rompida há séculos, separada, temos que unir, uni-la de novo. Se isso acontecer, ninguém vai desuni-la. O índio se unindo, a Funai vai ter medo. Tem medo como cavalo que dá coice! A nossa nação deve de novo florescer! Ouvei um grupo de Roraima cantando na sua língua. Faça o favor: não perca a língua, a tradição! Não troque [a língua nativa] por língua estranha.

Hoje estamos no fim de nossa assembleia. O problema de um é o de todos. Um dia faremos o 'V' da vitória para o governo e para a Funai. E seremos vitoriosos!

No final da reunião, foi redigida a mensagem a ser lida ao papa por Lino Cordeiro, do povo miranha. Falariam outras três lideranças expressivas: Terêncio, do povo macuxi, representando os indígenas do Norte; Mário Juruna, representando os povos do Centro-Oeste; e Marçal, representando os guaranis e os indígenas de todo o Brasil.

Foi também preparado um outro documento a ser entregue ao papa, do qual pouca gente teve conhecimento, exceto os leitores do jornal indigenista *Porantim*, que o reproduziu na época.

Não se deu a devida divulgação, pelo fato de denunciar ministros, deputados, governadores e até o ex-

-governador Leonel Brizola, que fez a reforma agrária do Rio Grande do Sul em terras indígenas. Foi um documento corajoso, pois se vivia em plena ditadura militar, com sequestros, tortura e censura à imprensa.

\* \* \*

## Os inimigos dos índios

### 1

1º Amaral de Souza, governador do Rio Grande do Sul; 2º Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul; e [3º] Ney Braga, governador do Paraná.

Em Rondônia os maiores inimigos dos índios suruí e cintas-largas são o governador Jorge Teixeira e o deputado federal Jerônimo Santana.

No Sergipe, o inimigo dos índios é o prefeito Guimarães Pinto. Em Roraima, é o brigadeiro Otomar de Souza e o deputado Hélio Campos.

Em Goiás, o deputado Siqueira Campos é o maior inimigo dos índios.

Em Mato Grosso, os inimigos dos índios são o secretário de Justiça Domingos Sávio Brandão, o vice-governador Frederico Campos e o secretário do Meio Ambiente Roberto Cruz.

Também o ministro Mário Andreazza, do Ministério do Interior-Minter, e Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai.

Outras cartas foram entregues, como a dos xucurus-cariris, dos cariris-xocós e dos potiguaras, do Nordeste, além de uma outra assinada por lideranças xavantes, bororos e terenas.

No final da carta, preparada na Assembleia de Brasília, as lideranças indígenas fazem uma incisiva pergunta:

Cristo teria duras palavras a dizer aos chefes deste país. E o senhor, que os católicos dizem que é representante de Cristo, que dirá?



## **A UNI vai se afirmando**

Para consolidar a UNI, houve uma nova reunião em Campo Grande entre os dias 6 e 7 de setembro de 1980.

Seguramente por questões financeiras vieram apenas dois representantes da Amazônia: Lino Cordeiro, do povo miranha, e Raimundo Ferreira, do povo sateré-maué, lideranças que haviam se destacado em Manaus. Os demais participantes eram guaranis, caiouás e terenas, num total de 30 pessoas.

Foram elaborados seus estatutos e definidos seus objetivos:

Representar as nações indígenas e as comunidades que dela vierem participar; promover sua autonomia cultural e autodeterminação; promover a recuperação e garantir a inviolabilidade e demarcação de suas terras; assessorar os indígenas e suas comunidades e nações, no reconhecimento de seus direitos e na elaboração e execução de projetos culturais e de desenvolvimento comunitário.

Foi completada a diretoria, ficando assim definida: Domingos Veríssimo Terena, presidente; Marçal

de Souza Guarani, vice-presidente; Paulo Bonifácio Terena, 1º secretário; Reginaldo Miguel Terena, 2º secretário; Calixto Francelino Terena, 1º tesoureiro, e Marcelino Pereira Terena, 2º tesoureiro.

Nessa reunião, Marçal deixou também um recado:

Pra nós, é muito importante esta reunião, porque o destino da nossa raça, da nossa nação indígena está em jogo. Está em jogo de morte, porque, se nós não agirmos, se nós não nos unirmos, o nosso povo vai desaparecer.

Tem muita gente inventando história fantástica sobre a nossa organização. O chefe de posto diz que a UNI é uma organização política, que não vale para os índios, que é subversivo, contra a Funai, contra a tribo, contra o mundo.

Esse entrave nós vamos quebrar. Essa união é pra mostrar que o índio precisa unir. Até aqui o índio vem engatinhando igual uma criança. Esta tem sido a história nossa. O índio tá tão esfacelado, a raça indígena tá tão dividida, que não tem mais força. É isso que queremos pôr no fogo.

Porque antes nós éramos uma nação forte, uma nação que tinha liberdade, que tinha bastante terra e hoje não tem mais nada. É por isso que temos que unir todas as nações indígenas. Se você ficar sozinho, naturalmente que o fazendeiro vai tirar você de lá. Mas se você unir terena, guarani, caiouá, vai ganhar a causa. Se brigar com a Funai, vai ganhar a causa. Se for na conversa da Funai, vai perder. Aí você tá matando o seu próprio direito.



Embora a nova diretoria ficasse composta quase que exclusivamente por terenas, os outros representantes não se queixaram, mas a apoiaram com muito vigor, como fez Raimundo Ferreira, sateré-maué: “Estamos fazendo a UNI, a união indígena, para podermos combater os políticos, os governos, os invasores de nossa terra. Os 17 coronéis da Funai não vão poder derrubar nossa união! Se batalharmos, vai chegar o dia de ser um só pensamento. Estamos no começo ainda, mas vamos ser grandes!”

A preocupação das lideranças era conscientizar os parentes, a partir da aldeia, de um trabalho de base, como dizia Lino Cordeiro, do povo miranha.

Nesse mesmo mês, setembro de 1980, ocorria em Brasília a segunda reunião de entidades de apoio aos povos indígenas, já que o governo tinha grande interesse em mudar o Estatuto do Índio, introduzindo a figura da “emancipação”. O indígena que tivesse prestado o serviço militar, que possuísse título de eleitor, que tivesse capacidade para ganhar a vida, que fosse alfabetizado e participasse da vida nacional, seria emancipado, isto é, perderia a tutela e a proteção do Estado brasileiro. O mais grave é que, depois de dez anos, suas terras seriam alienáveis, isto é, poderiam ser vendidas.

Como essa mudança seria muito maléfica, decidiu-se por uma outra reunião, em abril do ano seguinte, em

São Paulo, quando poderiam se sentar juntos, indígenas e indigenistas.

São Paulo tornava-se o grande centro de discussões, com o povo debatendo temas ligados à cidadania e à redemocratização.

Não se pode esquecer que o país vivia uma ditadura militar, com mortes de jornalistas, sindicalistas e militantes. No dia 8 de novembro de 1978, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, o Tuca, um ato público reuniu mais de 2 mil pessoas. A questão indígena tornava-se também uma bandeira pela redemocratização do país. Entidades indigenistas multiplicavam-se por toda parte.

A maneira como a UNI estava se estruturando não agradava a alguns antropólogos, que achavam que o processo era muito lento e com uma predominância excessiva de terenas. O movimento precisava ser mais representativo e sua sede deveria estar num centro maior para ter mais visibilidade.

Assim, foi convocada uma nova assembleia indígena, entre os dias 26 e 29 de abril de 1981, para se discutir essa possibilidade de alteração do Estatuto do Índio e o próprio direito à organização e representatividade indígena, além de ouvir as reivindicações de outras regiões que pouco participavam, como o Nordeste.

O encontro aconteceu nas dependências do convento dos padres dominicanos, em São Paulo, com a

participação de 250 pessoas, representando 32 nações indígenas e de 33 entidades indigenistas. Estavam presentes 11 etnias do Nordeste. Era uma assembleia realmente de caráter nacional. Durante quatro dias, todos os pontos previstos foram debatidos.

Vivia-se no Brasil um clima de confronto com o governo militar.

As greves no ABC paulista, maior região industrial, chamavam a atenção do país e do mundo. Por isso, foi convidado o presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio da Silva, o Lula, para que conhecesse o nascente movimento indígena e levasse essa questão para as lutas sindicais e para o Partido dos Trabalhadores, que estava surgindo.

No final do encontro, uma nova diretoria foi eleita, formada por jovens, alguns deles estudantes em Brasília. Foram escolhidos os três mais votados: Marcos Mariano Terena, Álvaro Sampaio Tucano e Lino Cordeiro Miranda. Os dois últimos eram da região Norte.

Se foi um avanço quanto à representatividade, o fato de serem estudantes iria dar à entidade nascente um caráter mais teórico e uma perigosa desvinculação das bases, que repercutiria negativamente nos anos subsequentes.



## **Uma missão dentro e fora das fronteiras**

Mesmo sem estar nesse último Encontro Nacional Indígena, Marçal era uma referência e tornava-se cada vez mais conhecido.

Em março de 1981, a UNI foi convidada para uma conferência promovida pela ONU, em Boston, nos Estados Unidos, sobre exploração mineral em terras indígenas. Por se sentirem com pouca experiência, os diretores da UNI pediram a Marçal que os representasse, sendo essa sua primeira experiência internacional.

Mais uma vez, a voz ecoou num cenário maior. Embora tivesse experiência nessa área, falou da triste realidade das nações indígenas no Brasil.

Em outubro do ano seguinte, mandou uma mensagem, em guarani, para seus irmãos da região de Misiones, na Argentina, através da antropóloga Ana Maria Gorosito.

Suas palavras de esperança e de incentivo à luta ultrapassavam as fronteiras do Brasil. Pode-se dizer que este foi seu testamento espiritual:

Vou enviar-lhes minhas palavras. Eu sou também de vocês, sou também guarani. E por isso quero enviar-lhes minhas palavras para que vocês as ouçam.

Agora vou contar-lhes: nós aqui estamos cansados. Nós também vivemos mal por aqui. Os brancos tiraram toda nossa terra, diminuíram nossa terra. Já não podemos nós, guaranis, calar-nos diante dos brancos.

Vou dizer-lhes, com minhas palavras, meus irmãos menores, meus irmãos maiores: por que vocês não fazem como nós fazemos? Reúnam-se com seus dirigentes espirituais, com seus pais, de tal forma que os que mandam em vocês – o governo argentino – lhes deem os papéis, os títulos de suas terras.

É preciso que nós nos façamos fortes. É preciso que os jovens adquiram conhecimentos, para que se sintam fortes. Nós, os mais velhos, não viveremos muito tempo. Então, a juventude nos substituirá.

Não desfaleçam diante dos brancos, que não podem dobrar-nos.

Não podemos viver amedrontados. Não devem temer o medo. Se nos deixarmos vencer pelo medo, eles poderão nos derrotar. Façam vocês o que nós fazemos: unam-se e façam-se fortes! A terra nos pertence!

A situação da terra no Mato Grosso do Sul tornava-se cada vez mais conflitiva.

Depois da invasão da erva-mate, no início do século 20, a partir dos anos de 1960 a pecuária foi a nova praga apocalíptica, fazendo com que os últimos redutos guaranis e caiouás caíssem, atingidos pelo desmatamento e pelo gado.

Várias denúncias eram feitas, como a do xavante Mário Juruna, que estivera na região em novembro de 1979, antes de ser eleito deputado federal, para ver de perto a situação dos guaranis. Redigiu uma carta-denúncia, publicada no jornal *Porantim*, com o título “Um choro pelos caiouá, que vivem na prisão com cadeado”.

Infelizmente, sua denúncia caiu no vazio, pois a ditadura militar tinha outras prioridades.

Como se dizia na época: “meia dúzia de índios não pode atrapalhar o progresso do Brasil”.

Vivia-se a expansão da fronteira agropastoril e o Mato Grosso do Sul transformava-se numa grande pastagem, loteada entre fazendeiros e colonos do Sul.

As terras indígenas demarcadas na época do SPI haviam quase desaparecido. De várias delas restavam apenas alguns sinais, como cemitérios e aglomerados de famílias indígenas. Muitas viviam na mendicância ou eram dominadas pelo alcoolismo.

A estratégia de remoção para liberação de área para fazendas, ou para projetos nacionais, estava ocorrendo não só no Mato Grosso e em Rondônia, como foi o

caso dos crenacarores – autodenominados panará – e dos nambiquaras, removidos do território original, para facilitar a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho.

No Mato Grosso do Sul, o povo ofaié, à beira da extinção, foi também transferido de suas terras, Brasilândia, perto do rio Paraná, para a reserva do povo cadiuê, no Pantanal. Vários deles morreram pelas péssimas condições da remoção e pelo fato de serem deslocados como gado.

Tentava-se fazer o mesmo com os guaranis e os caiouás, que resistiam em abandonar suas áreas tradicionais.

Dentro desse contexto, Marçal optou por viver junto a uma pequena comunidade caiouá.

“Meu pai estava dividido. Ele chegou a um entendimento de que a sociedade do branco não tinha nada a ver com ele. Então, ele voltou a ser índio novamente, com todas as características.” Dessa maneira expressou-se sua filha Edna, ao falar do passo tomado por Marçal, em 1980, quando resolveu morar junto aos caiouás, que viviam confinados numa pequena área, em Campestre, no município de Antônio João, próximo à fronteira do Paraguai.

Deixara na reserva de Dourados sua esposa mestiça, dona Aristídia, com seus dez filhos, dos quais três adotivos, indo viver à moda guarani.



Ao fazer um levantamento de famílias que moravam fora das áreas indígenas demarcadas, encontrou um grupo, que estava desde a década de 1940 naquela região. Era um agrupamento desconhecido da Funai, vivendo em Pirakuá, a uns 30 quilômetros de Campestre, no município de Bela Vista, próximo do rio Apa, quase na divisa com o Paraguai.

A situação era tensa, pois Marçal sabia que eles não tinham para onde ir. “Expulsar dali sem destino é matar”, disse na 3ª Assembleia da UNI, em Campo Grande.

Sentia que a luta devia entrar para o terreno político, pois não era possível enfrentar esses inimigos externos de forma isolada. Precisava do apoio de outras forças. Este foi o motivo que fez com que levasse alguns representantes daquela comunidade para a reunião de Campo Grande, para que sentissem a força da união.

Em meados de 1980, a Pastoral Indigenista de Dourados e o Cimi-Regional MS fizeram um relatório à Funai sobre as aldeias da região, denunciando as arbitrariedades do fazendeiro “Astúrdio Monteiro Lima, que ocupara terras indígenas caiouás” e que “havia contratado paraguaios para o desmatamento da área. E que Gentil Ferreira [caiouá], que desde 1947 vivia na área, fora expulso de suas lavouras por Rômulo Gamarra, paraguaio, que também expulsou várias famílias indígenas de suas terras, que vivem atualmente

na total miséria em fazendas vizinhas”. E o relatório concluía “que é importante dar um basta às ameaças do sr. Rômulo Gamarra e às suas formas de intimidar, expulsando famílias indígenas”.

Na realidade, Astúrdio já era falecido e quem administrava as terras era seu filho, Líbero Monteiro Lima.

Marçal tinha consciência do risco que corria. Nessa época, declarou: “Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa!”

No ano seguinte, confidenciou ao advogado da Funai, dr. Vitório Constantino: “Acho que agora minha vida está valendo muito pouco... Não para os índios, mas para outras pessoas”.

Apesar daquele clima de insegurança, aceitou o convite da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Rio de Janeiro, para um debate, no dia 30 de setembro de 1983. Juntamente com o professor Darcy Ribeiro e D. Tomás Balduino, representante do Cimi, deveria falar sobre a situação indígena do Brasil e, sobretudo, a do Mato Grosso do Sul. Seria uma oportunidade para encontrar seu velho amigo Darcy, que no ano anterior lançara o xavante Mário Juruna como deputado federal.

Sua fala foi realista e com um certo pressentimento de seu fim próximo. Podemos dizer que foi seu testamento político:

Mas para onde nós vamos? Neste século chegamos ao fim da picada. Não temos muita alternativa. Não temos mais mata para fugir, nem floresta para nos proteger do perigo, da perseguição, do massacre. É como se estivéssemos à beira de um grande rio, sem canoa, sem ter como atravessar.

Além de sermos os donos primitivos e legítimos desta terra, temos a lei feita pelos brancos para nos proteger. Mas essa lei não está funcionando. É isso que temos que cobrar do governo que nos deixou no abandono. A lei maior é a natureza... Infelizmente, a lei da natureza é desrespeitada pela lei dos homens. Estou falando do Rio de Janeiro. Apesar de ter visto tantas coisas bonitas feitas pelo branco, fico triste porque meu povo viveu nesta terra antigamente. Aqui começou o sofrimento de nossa gente.

Nós temos grandes amigos aqui, alguns antropólogos, não todos. Muitos só querem se especializar, lecionar... Foram na aldeia, tiraram tudo que nos é sagrado e nos deixaram só com o lixo...

Tenho uma tristeza em minha vida: o fato de ser bastante idoso. Eu queria ser um moço bem novo, com todas as forças que tive em minha juventude. Mas gostaria de ter tido [então] essa consciência, esse amor que tenho em meu coração, agora, nesta idade avançada.

Mas levantarão outros que terão o mesmo idealismo, que continuarão o trabalho que hoje nós começamos. Isso eu deixo pra vocês!



## **Marcado para morrer**

Depois de sua volta do Rio de Janeiro, as coisas pareciam estar ficando mais tensas.

Certa noite, antes de se recolher para dormir, Marçal procurou se abrir com Celina Vilhalba, índia caiouá, que lhe dava o apoio doméstico tão necessário naquelas regiões agrestes. Nunca se soube se ele vivia realmente com ela, mas ela foi importante apoio naquele período. Confidenciou-lhe que uma pessoa viera oferecer-lhe 5 milhões de cruzeiros para retirar as famílias indígenas de Pirakuá. Aquela proposta só poderia vir de pessoas interessadas naquela área. Era um dinheirão...

A resposta de Marçal foi negativa. Não havia dinheiro que comprasse sua consciência e a fidelidade a seus parentes guaranis.

Sentia que o cerco estava se fechando. Depois das ameaças de morte, vinha agora o suborno.

Novembro estava quase terminando e, como sempre, quente e chuvoso.

Naquele dia, 25 de novembro, sexta-feira, depois de fazer o relatório da farmácia, Marçal resolveu comer alguma coisa antes se recolher.

Em Campestre, à noite, não havia o que fazer, a não ser tomar o chimarrão e comentar os acontecimentos do dia... Depois era descansar, aguardando o dia seguinte. Na rústica casinha, coberta de sapé, Marçal tinha apenas a companhia de Celina.

Às nove horas da noite, alguém o chamou, pedindo remédio para o pai que estava enfermo. Devia ser uma voz conhecida, pois Marçal evitava atender pessoas estranhas à noite. Essa era a recomendação de sua esposa, dona Aristídia, e essa era também uma medida de prudência.

Pela insistência da pessoa, que alegava que o pai estava com muita febre e que precisava de algum remédio para enfrentar a noite, Marçal resolveu fazer um ato de caridade.

Ao abrir a porta, dois indivíduos precipitaram-se sobre ele, descarregando o revólver Taurus, calibre 38, matando-o com cinco tiros, à queima-roupa. Um dos tiros o atingiu na boca, provocando sua morte instantânea.

Marçal jazia no chão, ante o olhar apavorado de Celina, que começou a gritar por socorro. Os desconhecidos desaparecem na escuridão da noite.

Já estou descendo a escada para o escuro. Se a gente teima em ficar, eles ameaçam até de morte, ameaçam com a polícia. Essa frase, dita no debate no Rio de Janeiro, dois meses antes, foi o prenúncio de

sua morte.

Na terra onde predomina a lei do mais forte, a eliminação é seletiva.

Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa!

Eliminam-se as pessoas que incomodam e as que enfrentam os donos do poder!

“Ele era um ‘bugre’ muito audacioso!” declarou, semanas depois, o próprio fazendeiro Líbero Monteiro Lima à revista *Veja*, de São Paulo.

De fato, sua postura desafiava os donos do Mato Grosso do Sul. Raramente um indígena – e muito menos um guarani – ousava questionar o poder dos fazendeiros. “Meia dúzia de ‘bugres’ não podem impedir o progresso de Mato Grosso do Sul”, viviam repetindo as autoridades do recém-criado Estado.

Como analisava na época Ricardo Brandão, representante da OAB-Mato Grosso do Sul,

Marçal de Souza vinha crescendo politicamente. Enquanto não representava perigo à ordem constituída, ou uma ameaça de ruptura com a estrutura agrária do Estado, Marçal estava incólume. No momento em que descobre que sua luta como

líder de uma comunidade indígena estava integrada na luta maior do povo brasileiro, do explorado contra o explorador, do oprimido contra o opressor, Marçal decretou sua própria sentença de morte.



## A segunda morte

A notícia da morte de Marçal correu o mundo. Poucos sul-mato-grossenses imaginavam que aquele guarani miúdo, banguela, fosse tão conhecido e que sua morte teria tanto impacto.

Mesmo no Brasil, muitos reconheciam seu valor.

“Caiu um baluarte indígena no Brasil!”, exclamava o deputado Sérgio Cruz.

“Marçal foi a mais eloquente voz de defesa da causa indígena que já ouvi”, disse o famoso antropólogo e seu amigo Darcy Ribeiro, no ato público em repúdio à sua morte.

Muitos atos de solidariedade e protesto ocorreram em todo o país.

Centenas de cartas, vindas de diversas partes do mundo, chegaram ao presidente da República, general João Batista Figueiredo, ao ministro do Interior, coronel Mário Andreazza, ao presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, ao governador do Estado, Wilson Martins, e ao xavante Mário Juruna, deputado federal.

Se no Brasil e no mundo a morte de Marçal despertou revolta e indignação, no Mato Grosso do Sul a

tática da classe dominante foi de “abafamento”. Como disse na época o mesmo Ricardo Brandão, criava-se, no Estado e nas esferas federais, uma cortina de fumaça, “uma cumplicidade de silêncio para que o caso não fosse solucionado”.

Era a “segunda morte” de Marçal que estava em curso.

Várias circunstâncias contribuíram para isso, chegando a uma descarada omissão dos poderes Executivo e Judiciário do Estado sul-mato-grossense.

A cena do crime foi logo descaracterizada, com a demolição do rancho onde Marçal fora assassinado. A Polícia Federal demorou vários dias para entrar no caso, alegando não ter combustível para ir ao local.

Dias depois, a Casa Civil do governo do Estado emitiu uma nota, acusando a esposa de Marçal, dona Aristídia, de mandante do assassinato, classificando-o de crime passional, pelo fato de ele estar morando com uma indígena.

Somente no dia 1º de dezembro foi localizado, com Rômulo Gamarra, um revólver Taurus calibre 38, nº 13.073, de sua propriedade. Apenas em março do ano seguinte foi feito o exame de balística, confirmando que o tiro que matou Marçal saíra da mesma arma. Apesar desse novo e importante dado, nada mudaria no processo.

Em 31 de maio de 1984, seis meses depois do assassinato, foi expedida a ordem de prisão contra Gamarra, tendo ficado na cadeia apenas 60 dias, sendo solto graças a um *habeas corpus* impetrado pelo dr. René Siufi, um dos melhores e mais caros advogados de Campo Grande. Perguntava-se, na época: como um simples capataz de fazenda poderia ter dinheiro para contratar um dos melhores criminalistas do Estado?

Por um bom tempo, o processo rodou, indo da esfera estadual para a federal e vice-versa, mostrando que o problema de competência judicial era um fator importante, pois a Justiça Federal deveria mostrar-se mais isenta e imparcial.

A Funai atuava de maneira pouco incisiva, e o maior trabalho foi desenvolvido pelo Cimi e por entidades de direitos humanos.

A ditadura militar terminava em 1985 e, com a chegada da Nova República, constituída por um governo civil, imaginava-se que as coisas podiam tomar um novo rumo.

De fato. No início de julho daquele ano, o fazendeiro Líbero Monteiro Lima foi indiciado no inquérito da Polícia Federal de Ponta Porã. Entretanto, suas ligações com pessoas influentes no Estado fizeram com que a denúncia não caminhasse.

Se as organizações de direitos humanos e lideranças indígenas tentavam sensibilizar a opinião pública para o

“caso Marçal”, altas articulações ocorriam em Brasília. Os donos do poder continuavam os mesmos...

O ex-governador Wilson Martins estava agora em Brasília, eleito que fora para a Câmara Federal e para a Assembleia Constituinte. A bancada sul-mato-grossense continuava poderosa e influente. Devido à intervenção desse grupo, a terra indígena de Pirakuá foi retirada da pauta do grupo interministerial que decidia sobre as demarcações de terra indígena.

O caso Marçal continuava sendo conduzido de forma morosa.

Apenas em 1988, foram ouvidas as testemunhas. Surgiram, nesse ano, três novos suspeitos, acusados do assassinato: Paulo Ronaldo Dourado Costa, Faustino da Silva e Isaías da Rosa. Embora o primeiro tenha sido identificado como tratorista do fazendeiro Líbero, na realidade era um policial da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, lotado na Delegacia de Roubos e Furtos de Campo Grande. Apesar das evidências que os comprometiam no crime, eles nunca foram denunciados. Esse violento policial foi mais tarde expulso do serviço público não por esse crime, mas por extorsão, roubos de carro e tortura.

Dois outros governadores sucederam-se – Ramez Tebet e Marcelo Miranda –, sem que os acusados fossem levados ao banco dos réus.

Apenas para jogo de cena, em junho de 1991 foi pedida a exumação do corpo de Marçal, com grande destaque da imprensa escrita e televisada. Estava presente até a TV estadunidense CNN. Além de familiares e de representantes de grupos da sociedade civil, o único parlamentar presente foi o então deputado estadual José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, que posteriormente foi eleito governador do Estado por dois mandatos (1999-2002; 2003-2006).

Infelizmente, o laudo cadavérico nada de significativo trouxe para o processo.

O julgamento do fazendeiro Líbero Monteiro se arrastava em Ponta Porã, devido à atuação pouco firme do juiz local e do delegado da Polícia Federal, Armando Coelho, que por duas vezes deixou de comparecer às audiências.

Os indígenas sentiam-se frustrados. “A impunidade é bem mais dolorosa que a morte [de meu pai]. O governo, na época comandando por Wilson Martins, planejou inclusive desmoralizar nossa família [acusando de crime passional]”, comentava Edna, filha de Marçal, em 1991.

Dois anos depois, houve mudança de magistrado, sendo o processo retomado, ficando o julgamento marcado para março de 1993, em Ponta Porã, com grande expectativa nacional.

Mas o ceticismo quanto a uma condenação do réu era geral. Líbero Monteiro era pessoa influente e mem-

bro da União Democrática Ruralista – UDR. Além do mais, seu pai fora presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, local onde se daria o julgamento.

Comentava-se na época que o juiz da região há muito tempo não condenava ninguém por assassinato.

Como era de se esperar, o réu foi absolvido por falta de provas. O suposto executor do crime, Rômulo Gamarra, não compareceu, pois estava foragido.

Os assistentes de acusação recorreram da sentença, pedindo anulação do julgamento, pois muitas provas não foram consideradas. Embora o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul tenha considerado improcedente o recurso especial, três anos depois, o Superior Tribunal de Justiça o acatou por unanimidade.

Um segundo julgamento ocorreu cinco anos mais tarde, em 1998, 15 anos após o crime. A expectativa da opinião pública mais uma vez foi grande.

Mesmo com a brilhante atuação de advogados como Luiz Eduardo Greenhalgh, o fazendeiro foi novamente absolvido. Por isso, o Ministério Público e os assistentes de acusação interpuseram uma apelação criminal ao Tribunal de Justiça do Estado, que mais uma vez negou a ação. Novamente, advogados, representando Edna de Souza, a filha de Marçal, entraram com um recurso especial junto ao Superior Tribunal de Justiça, julgado em abril de 2001. Por decisão unânime, o Tribunal

anulou o processo, definindo a Justiça Federal como a instância competente para tal julgamento. Assim, o término do processo foi prorrogado para 2008, havendo mais algum tempo para tal ação.

Mas hoje a família de Marçal sente-se cansada e sem esperança na Justiça, quase desistindo de lutar pela condenação do fazendeiro. “Agora, o Líbero já está muito velho, quase morto”, declarou a filha Edna. “A família decidiu não se desgastar mais com isso. Os índios estão cansados e têm a sensação de que a Justiça é muito lenta.”

Em nosso país, é muito lenta e pouco justa para os pobres, acrescentaríamos nós.

\* \* \*

Embora o caso não esteja encerrado, essa sensação de impunidade faz lembrar a frase de Guido Marlière, militar francês que defendeu os indígenas do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, no início do século 19 – isto é, há mais de 200 anos. Numa época em que havia a pena de morte no Brasil, ele afirmou: “Em 13 anos de denúncia, não vi enforcado nenhum matador de índio!”





## **A luta continua!**

A voz e a mensagem de Marçal não foram silenciadas com sua morte. Sua luta pela defesa da terra guarani e pelo surgimento de uma organização indígena foi mantida por outras lideranças, como D. Quitito, líder caiouá que morreu durante a Conferência Indígena de Porto Seguro, em 2000. Nessa ocasião, seus parentes leram um texto que, entre outras coisas, dizia: “Não vamos deixar esses poderosos ter poder sobre nós. É nós que devemos ter poder sobre eles, porque a terra é nossa.”

Um outro líder, Eduardo Nogueira Angelim, 150 anos atrás, um dos presidentes populares do Pará durante a Cabanagem – a maior revolta popular do Brasil –, disse uma frase que ajuda a entender a trajetória de Marçal:

Os monstros da tirania cortaram cabeças e alimentaram-se de sangue!

Tiveram forças para matar o corpo, mas com suas armas e torturas não puderam matar a ideia. Porque esta é sagrada e tão grande como o mundo! A ideia não morre!

Os povos guarani e caiouá tiveram e ainda têm momentos difíceis, marcados pela falta de terra e pela luta pela sobrevivência.

Obrigados a trabalhar nas fazendas como peões, confinados em pequenas reservas, muitas vezes próximas das cidades, convivendo com outras etnias, sem poder viver segundo sua cultura tradicional, a saída tem sido o suicídio, sobretudo para os jovens. Nos últimos 15 anos, mais de 580 indígenas suicidaram-se, dos quais 212 nos últimos 5 anos.

A terra indígena de Dourados, com apenas 3.475 hectares, abriga mais de 11 mil pessoas de três etnias: guarani, caiouá e terena. Um assentamento do Incra com essas dimensões não comportaria mais do que 200 pessoas.

Sem terra agricultável, as crianças pequenas têm sido as novas vítimas. Nos últimos meses, 16 delas morreram de desnutrição, apesar da ajuda oficial. Em 2005, 27% das crianças guaranis e caiouás de até 5 anos sofriam de desnutrição.

Esse problema é antigo, pois em 1999 a taxa de mortalidade infantil era de 140 por mil nascidos vivos. Em 2005, esse número caiu para 64 – porém, quase três vezes mais do que a média nacional, que é de 24 por mil.

As comunidades indígenas, com o apoio de entidades indigenistas, como o Cimi, têm conseguido avançar

politicamente e retomar muitas áreas tradicionais. As 13 áreas indígenas guarani e caiowá que existiam em 1983, ano da morte de Marçal, saltaram para 111, fruto de uma luta pela retomada das terras tradicionais. A população, que era de 17 mil guaranis e caiouás, subiu para 43 mil pessoas, incluindo os que vivem fora das aldeias.

Com as outras etnias, a população nativa conta mais de 65 mil pessoas, fazendo com que o Mato Grosso do Sul seja o segundo Estado com maior população indígena, atrás apenas do Amazonas.

A grande novidade é o movimento indígena, articulado através de algumas associações, como a Associação dos Índios Desaldeados Kaguateca Marçal de Souza, que explicitamente remete sua existência à figura do grande líder e, sobretudo, a Aty Guasu – a Grande Reunião –, que reúne e articula os guaranis e os caiouás de todo o Estado.

Na reunião ocorrida entre 3 e 5 de dezembro de 2004, foi elaborado um documento que, entre outras coisas, dizia:

Cada Aty Guasu é um passo para nos organizar melhor. (...) Passamos três dias e três noite em ritual e debate dos nossos problemas. Acreditamos na nossa força, com a ajuda de Tupã e de todos nossos guerreiros que tombaram, mas também precisamos da ajuda de todos os nossos amigos e daqueles que

querem construir um Brasil melhor para todos. Pedimos que deem força e ajudem na luta pelas nossas terras (...) Se em mais de 500 anos não conseguiram nos derrotar e destruir, temos a certeza de que daqui pra frente nós vamos conquistar um lugar cada vez mais importante neste novo Brasil de muitos povos e culturas, onde tenha lugar para todos viverem com paz e justiça.”

Marçal Tupã'i não morreu. Ele continua vivo na luta de seu povo!

Para trabalho com grupos:

Vídeo

Marçal de Souza, Guarani. Nilson Barbosa/Cimi.  
Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984.

Distribuição: Verbo Filmes, São Paulo.

# Bibliografia

## Fontes escritas

- CASALDÁLIGA, Pedro. “Proclama indígena nas ruínas de São Miguel”. In CASALDÁLIGA, Pedro & TIERRA, Pedro. Ameríndia, morte e vida. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HECK, Egon & PREZIA, Benedito. Povos Indígenas. Terra é vida. 4ª ed. São Paulo: Atual/Saraiva, 2002, Col. Espaço & Debate.
- MEIHY, José Carlos S. Bom. Canto de morte Kaiowá. História oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth B. Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2003.
- PREZIA, Benedito. Caminhando na luta e na esperança. Retrospectiva dos últimos 60 anos de Pastoral Indigenista e dos 30 anos do Cimi. São Paulo: Loyola, 2003.
- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.
- TETILA, José Laerte Cecílio. Marçal de Souza, Tupã’i: um Guarani que não se cala. Campo Grande: UFMS, 1994.

## Periódicos

- ALMEIDA, Rubens T. “Morreu, mataram Marçal de Souza”. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, v. 189, jan.-fev./1984.
- CIMI. Boletim do Cimi. Brasília, v. 17, dez./1974; v. 65, julho de 1980.
- . “3ª Assembleia dos Chefes Indígenas, Meruri, 2-4 setembro de 1975”. Brasília, suplemento do Boletim do Cimi.
- . “Carta de Juruna. Um choro pelos Kaiowá que vivem na

- prisão com cadeado”. Porantim. Brasília, 3 (17), abr./1980, p. 5.
- . “Fazendeiros ameaçam de morte três líderes da nação Kaiowá”. Id. ib.
- . “14ª Assembleia Nacional dos chefes indígenas: uma lição de democracia”. Porantim. Brasília, 3 (21), ago./1980, pp. 3-6.
- . “Aprovado o Estatuto da Uni. “Essa ideia de união nasceu de muito sofrimento da nossa gente”. Porantim, 3 (23), out./1980, pp. 10-11.
- . “MT e MS: À margem de suas terras semeiam esperança”. id. ib., p. 12
- . “O assassinato de Marçal: líderes apontam culpados; nosso coração está chorando”. Porantim. Brasília, 6 (59-60), jan.-fev./1984, pp. 3-6.
- . “Semana do Índio: Marçal: a festa seja nossa”. Porantim. Brasília, 6 (62), março/1984, p. 3.
- . “Morte de Dom Quitito e conflito na Barra do Cahy”. Porantim. Brasília, 22 (225), maio/2000, p. 11.
- HECK, Egon. “Kaiowá e Nhandeva projetam o futuro”. Porantim. Brasília, 26 (271), dez./2004, p. 11.
- “Índios: visita na noite”. Veja, São Paulo, v. 796, 1983, p. 48.

#### Videos

- “Terra dos índios”. Zelito Viana. Rio de Janeiro, Embrafilme/DPP/DOWAC, 1979.
- “Marçal de Souza, Guarani”. Nilson Barbosa/Cimi. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1984. Distribuição: Verbo Filme, São Paulo.

## Sobre o autor

Com formação em filosofia, de 1983 a 1991 trabalhou no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Brasília, no setor de formação e publicações, tendo sido editor do Suplemento Cultural do jornal indigenista *Porantim*, de 1986 a 1991. Ainda escreve para esse periódico, mantendo uma seção sobre línguas indígenas.

Publicou vários livros paradigmáticos sobre a questão indígena, entre eles *Esta terra tinha dono* (FTD), *Brasil Indígena, 500 anos de resistência* (FTD) e *Terra à vista, descobrimento ou invasão* (Moderna). No momento, está terminando o doutorado em antropologia na PUC-SP, com uma tese sobre a escravização indígena em São Paulo no século 17.

